Falácias acadêmicas, 11:
o mito da transição do capitalismo ao socialismo

Paulo Roberto de Almeida*

Resumo: Análise critica do conceito de modo de produção na tradição marxista e revisão histórica dos processos de desenvolvimento do capitalismo e do socialismo ao longo do século 20, tanto no plano conceitual como empírico. Expõe as contradições do modelo analítico marxista e suas insuficiências teóricas, concluindo pela inaplicabilidade desse modelo para as condições concretas das economias de mercado contemporâneas, e a falência intelectual e prática do aparato conceitual marxista para explicar os desenvolvimentos ocorridos nessas economias e nas alegadamente socialistas.

Palavras-chave: Marxismo. Modo de Produção. Capitalismos. Socialismos. Transição.

1. O socialismo vai emergir a partir do capitalismo?

Uma das mais persistentes falácias alimentadas durante a época áurea do marxismo acadêmico, que foi também a do comunismo prático – um período que se estende, grosso modo, dos anos 20 aos 80 do século 20 – era a que pretendia que o capitalismo seria fatalmente sucedido pelo socialismo, e este pelo comunismo (mas aqui, mesmo os mais fiéis cultores da crença remetiam essa passagem a um futuro indefinido). A rigor, ainda nos dias que correm, muitos adeptos dessa concepção evolutiva – aparentemente, desta vez, apenas nos meios acadêmicos –pretendem que essa sucessão se dará fatalmente, mesmo se o processo tenha de adotar uma cronologia mais delongada do que aquela prevista em trabalhos alegadamente marxistas. Trata-se, portanto, de uma falácia persistente, justificando, assim, que ela seja examinada nesta série voltada especificamente para os mitos que alimentam o mundo acadêmico, a despeito de tantos desmentidos empíricos e de tantas provas em contrário às suas principais assertivas. Entretanto, como sabemos, o mundo acadêmico costuma girar em torno de conceitos abstratos, alimentando-se de seus próprios mitos, entre os quais alguns dos mais relevantes são aqueles que derivam da tradição analítica marxista, uma das mais presentes e das mais 'poderosas' nas áreas das humanidades.[1]

A bem da verdade, naquele período do marxismo quase triunfante, não eram só os marxistas acadêmicos, ou os seus praticantes, que mantinham essa crença, assim como não são apenas os representantes da família que a mantêm ainda hoje. Sem pretender

---

* Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira.

[1] Este é o décimo primeiro ensaio de uma série especial sobre as falácias acadêmicas; para a coleção completa de artigos, ver: http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/FalaciasSerie.html.

estabelecer aqui uma lista completa dos *true believers* – pois ela seria enorme, sobretudo entre os franceses, italianos e ingleses –, pode-se mencionar, na categoria dos céticos, dois mais preeminentes: o economista austríaco Joseph Schumpeter, com o seu famoso *Socialismo, Capitalismo e Democracia* (1942)[2], e o economista canadense John Kenneth Galbraith, sobretudo em seu livro *The Affluent Society* (1958), cujas teses principais foram depois reafirmadas em *The New Industrial State* (1967).[3] Os dois, junto com Thorstein Veblen, um predecessor do início do século 20, não confiavam muito na capacidade dos mercados livres e do capitalismo desimpedido em corrigir os problemas mais típicos do sistema, quais sejam: a desigualdade social e a concentração do poder econômico, pregando, como consequência lógica, o aumento dos serviços públicos e o do poder estatal sobre as empresas privadas.

Mesmo um liberal clássico como Raymond Aron, em suas aulas de Sociologia Política na Sorbonne – resumidas, entre outros livros, em *Dix-Huit Leçons sur La Société Industrielle* (1963), e na obra que lhe segue, *La Lutte des Classes* (1964) –, chegou a acreditar, não exatamente na sucessão, mas na futura confluência dos dois sistemas, crença, aliás, partilhada com o mesmo Galbraith. Na verdade, Aron se dedicou justamente a desmentir alguns dos dogmas com que ele se deparava no ambiente acadêmico do seu tempo, entre eles: o mito da evolução do capitalismo ao socialismo, o da convergência entre os dois tipos de sociedade industrial e o da equivalência entre os sistemas industriais com prevalência da propriedade privada e aqueles caracterizados pela dominação do Estado, independentemente do regime político subjacente. Mas ele também tendia a acreditar que a complexidade crescente dos sistemas produtivos, com o desenvolvimento de uma tecnoburocracia ampliada – um conceito típico na obra de Galbraith – levaria futuramente a uma atenuação das características ideal-típicas de cada um dos sistemas. Esse não era o caso, obviamente, do marxista americano Paul Sweezy, que, junto com Paul Baran, acreditava na transição do capitalismo ao socialismo,[4] contemporaneamente, aliás, ao francês Charles Bettelheim, cujos livros trataram

---

[2] O economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950) é mais conhecido por sua teoria dos ciclos econômicos e pela inovação empresarial, mas foi também um crítico do imperialismo e do capitalismo; sua teoria do desenvolvimento econômico (apresentada em livro publicado em 1911) é bem mais uma análise das condições do crescimento sustentado, com base na atividade industrial (mudança tecnológica e destruição criativa). Com base na instabilidade inerente do capitalismo, ele previu, em seu livro de 1942, que o sistema acabaria se dissolvendo pelas mãos dos intelectuais – como ele, talvez –, mas tendo falhado como ministro da Economia da Áustria (1919) e como diretor de um banco vienense (1924), não se pode atribuir muitas virtudes prescritivas a seu diagnóstico pessimista. Para um breve resumo de sua vida e obra, ver seu verbete no site da New School for Social Research (http://homepage.newschool.edu/het//profiles/schump.htm), na qual foi professor, durante muitos anos, Robert Heilbroner, um de seus alunos e autor do famoso *Worldly Philosophers* (1953; publicado no Brasil como *A História do Pensamento Econômico*, várias edições).

[3] Nesse último livro Galbraith apresentou o conceito de Nova Classe, precipuamente voltado para a categoria dos trabalhadores intelectuais, conceito que seria desenvolvido pouco depois para o sistema socialista pelo iugoslavo Milovan Djilas, mas puramente no sentido dos *aparatchiks* dos partidos comunistas, que detêm o poder político e econômico sem participar de nenhum esforço produtivo.

[4] Paul Sweezy tornou-se marxista na Inglaterra, e de retorno aos EUA publicou *The Theory of Capitalist Development* (1942) e, em colaboração com Paul Baran, *Monopolist Capitalism* (1966). Junto com Leo Huberman, outro expoente da mesma tendência, ele fundou a Monthly Review, durante décadas o mais representativo e inteligente veículo do marxismo anglo-saxão.

especificamente da transição do capitalismo ao socialismo, com alguma flexibilidade conceitual em relação à doutrina canônica do marxismo oficial.[5]

Enquanto os representantes da vertente capitalista concebiam uma progressiva domesticação das forças de mercado pela regulação estatal, num ambiente de reformismo democrático que separaria cada vez mais a propriedade capitalista de seu controle efetivo, os expoentes do marxismo acadêmico apostavam na erosão fatal do capitalismo competitivo, pelo esgotamento das possibilidades de acumulação – segundo a famosa 'lei' marxiana da queda tendencial da taxa de lucro e em função das crises de superprodução, com redução da demanda em virtude da concentração de renda – e pela formação dessa entidade mítica chamada 'capitalismo monopolista', o que levaria à estagnação do sistema. Na periferia também existiam os estagnacionistas e os declinistas, um grupo que vai de André Gunder Frank a Samir Amin, ainda hoje ativo e mais centrado sobre a expansão imperial do capital, terreno no qual também se exerce o 'mundialista' Immanuel Wallerstein. Não é preciso dizer que todos os representantes do segundo grupo ficam bastante animados a cada crise do capitalismo, antevendo ali seu declínio irresistível e o prenúncio da derrocada fatal.

A origem e a natureza das crenças respectivas dos dois grupos nessa transição diferiam bastante, tanto em relação ao itinerário futuro do capitalismo – mais ou menos próximo, segundo uma ou outra categoria de 'analistas' – como no que se refere à 'metodologia' da transição: esta seria revolucionária e entremeada de 'crises terminais' para o primeiro grupo, mas gradual e evolutiva para o segundo, desembocando, de qualquer maneira, em formas graduais e evolutivas de um capitalismo regulado ou de um socialismo de mercado, numa espécie de radicalização da social-democracia. Para os adeptos da teleologia marxista, a transição estava inscrita na lógica do desenvolvimento do capitalismo, segundo uma sucessão fatal de modos de produção que partia do escravismo antigo, passava pela servidão feudal – eventualmente com o despotismo oriental em sua forma especificamente asiática pelo meio – e chegava ao socialismo, depois dos estertores demoníacos do sistema burguês de produção. Este, estava inegavelmente condenado à lata de lixo da História – ou ao museu das antiguidades, segundo Engels – depois de uma luta heróica da classe operária contra a sua exploração desenfreada e voltada para o assalto ao céu do poder político. O Estado burguês e o modo de produção capitalista seriam irremediavelmente substituídos, por meios violentos ou no bojo de lutas democráticas, pelo modo superior de produção, ele mesmo apenas uma simples etapa no caminho da futura sociedade comunista.

Já os intelectuais capitalistas, como Schumpeter, Galbraith ou Aron, acreditavam que haveria uma aproximação gradual dos dois sistemas, tanto pela 'socialização' do capitalismo – transformado em 'managerial capitalism',[6] no quadro de grandes empresas,

---

[5] O livro mais famoso de Charles Bettelheim se chamava, justamente, *La transition vers l'économie socialiste* (Paris: Maspero, 1968), mas já em 1945 ele publicava um estudo sobre *La planification soviétique* (Paris: Rivière, 1945). No debate em torno do modelo cubano, no início dos anos 1960, quando Fidel Castro e Che Guevara pretendiam impulsionar rapidamente um modelo stalinista de industrialização, ele recomendou um modelo mais flexível, baseado na Nova Economia Política de Lênin, combinando elementos estatais e de mercado. Em seus muitos outros trabalhos – como em *Problèmes théoriques et pratiques de la planification* (Paris: Maspero, 1970) – ele continuava a sustentar o planejamento socialista, embora tenha recomendado medidas de descentralização, contra o "capitalismo de Estado" da experiência soviética, da qual ele foi um dos maiores críticos de esquerda.

[6] O conceito foi introduzido em trabalhos analíticos de James Burnham e Alfred Schandler, que conceituaram a evolução do sistema pelo lado das empresas. Burnham, um ex-trotsquista, operou uma

na verdade administradas por um conselho a serviço dos acionistas, mais do que respondendo a um proprietário individual, segundo o protótipo do patrão burguês – quanto pelo retorno inevitável do socialismo a princípios de mercado, numa evolução *à la* Bernstein. Cabe registrar que a 'fé' dos intelectuais ocidentais na permanência do capitalismo tinha sido bastante abalada pelas crises dos anos 1930 e a consequente ascensão da regulação estatal. Logo depois da crise de 1929, por exemplo, Adolf Berle e Gardiner Means publicam a famosa obra *The Modern Corporation and Private Property* (New York: Macmillan, 1932), que apresenta uma primeira visão crítica quanto às chances do capitalismo competitivo nas novas condições de regulação estatal, agenda reformista que seria implementada pela administração Roosevelt nos anos 1930.

Mesmo um espírito liberal, como o jovem Peter Drucker, atuando como jornalista econômico em Londres, depois de fugir de sua Áustria nazificada no fim dessa década, chegou a duvidar, em *The End of Economic Man* (subtítulo: *The Origins of Totalitarianism*, 1939), que as economias de mercado livre pudessem exibir melhor desempenho do que as ascendentes economias coletivistas, então em vigor na Alemanha, na Itália e na União Soviética. No imediato pós-Segunda Guerra, quase todas as economias do Ocidente capitalista adotaram o planejamento indicativo – quando não Planos Quinquenais, como no caso da França – e recorreram a formas mais ou menos abrangentes de nacionalização de setores estratégicos e à estatização de serviços públicos essenciais.

Tudo parecia sugerir, então, que o capitalismo caminharia bovinamente para o matadouro da sucessão marxiana dos modos de produção e que as profecias marxistas sobre o esgotamento das possibilidades produtivas do capitalismo seriam confirmadas pela acumulação de crises recorrentes do sistema. Todas essas crises nada mais seriam do que um simples prenúncio da crise final e derradeira que levaria de roldão o sistema condenado por antecipação pelo demiurgo e seus discípulos. Nunca foi tão alta a crença nos diagnósticos teóricos e nas prescrições práticas do marxismo oficial, assim como nunca foi tão elevado o prestigio dos acadêmicos marxistas nos estabelecimentos de ensino superior, virtualmente monopólicos nas humanidades e até em alguns ramos das ciências sociais aplicadas.

O itinerário efetivo do capitalismo desmentiu, porém, os profetas do apocalipse. Mas a evolução positiva dos sistemas de mercado não tem apenas a ver com a flexibilidade adaptativa do modo capitalista ou com uma suposta resistência política das democracias ocidentais. A rigor, o capitalismo enquanto sistema concreto de produção de mercadorias, não está nem um pouco preocupado com sua evolução futura. Quem se debruça sobre essa questão são os acadêmicos e, aqui, eles parecem ter apostado erradamente contra o sistema. O problema a ser explicado, portanto, tem a ver muito mais com monumentais erros conceituais da própria doutrina original, como discutiremos a seguir.

2. A teoria da transição e os caminhos divergentes do socialismo e do capitalismo

---

critica radical do marxismo teórico e da teoria materialista da história, não pelo lado da metodologia, mas simplesmente afirmando que os dados da história e da observação empírica não se encaixavam nos seus preceitos evolutivos gerais.

Uma simples constatação de ordem prática – ou seja, o teste da realidade histórica – nos leva à conclusão inevitável de que falácia central da concepção marxista da história tem a ver, sobretudo, com a teoria marxiana dos modos de produção, e com suas características teleologicamente fatalistas. Karl Marx foi certamente um dos maiores 'inventores' da teoria social moderna. Não lhe cabe por suposto o mérito de ter 'inventado' o conceito ou a realidade mesma da luta de classes: como ele mesmo disse, os historiadores burgueses, antes dele, já tinham se referido a essa poderosa alavanca do progresso social, essa verdadeira 'parteira da História', nada mais fazendo o filósofo alemão do que profetizar o final da sociedade de classes em decorrência da revolução socialista e da ditadura do proletariado.[7]

Não obstante, Marx inventou um dos conceitos mais fecundos empregados atualmente pela 'ciência' histórica, qual seja o de 'modo de produção'. Seu esboço n'*A Ideologia Alemã*, e seu desenvolvimento ulterior tanto na *Contribuição à Crítica da Economia Política* como em *Das Kapital*, representaram uma das grandes contribuições da imaginação dialética ao discurso histórico contemporâneo. Não parece adequado estabelecer aqui a lista dos demais conceitos criados ou desenvolvidos por Marx em intenção da 'cientificidade' da História, da Economia ou da Filosofia Política, como tampouco deveria ser nossa preocupação desvendar o conteúdo ontológico do conceito de modo de produção. Cabe, no entanto, registrar que o discurso histórico elaborado nas academias reteve esse conceito como uma espécie de paradigma interpretativo das diversas formas historicamente possíveis de organização social da produção, mesmo quando a 'ciência histórica burguesa' rejeitou a sucessão linear implícita no esquema marxista original, ou quando a 'ciência do materialismo histórico', de inspiração stalinista, atirou na lata de lixo da História o conceito de 'modo de produção asiático'.

Durante muito tempo, intelectuais ocidentais e dirigentes do socialismo real não hesitaram em reconhecer no modo de produção socialista uma forma superior, pelo menos em escala histórica, de organização social da produção. Mas mesmo a acumulação de 'crises gerais' no capitalismo e o movimento nacionalista e anti-colonialista dos 'povos oprimidos' não conseguiram abater as bases da sociedade burguesa contemporânea, o que, de certa forma, levou a prática do socialismo real a se distanciar cada vez mais de seus fundamentos políticos. É bem verdade que a 'miséria da teoria', depois de três décadas de stalinismo, impediu o surgimento de um novo 'revisionismo' *à la* Bernstein, ou seja, uma reforma no próprio marxismo, e o movimento ficou reduzido a uma reestruturação no modo de funcionamento do socialismo real.

Excluindo-se a experiência iugoslava de 'auto-gestão', datam dos anos 1960 as primeiras experiências de reforma no mecanismo econômico do socialismo, com a introdução de certa autonomia na gestão das empresas e do cálculo econômico no processo de formação de preços. Não se pode dizer que a tentativa tenha sido exatamente um sucesso, apesar de resultados mitigados na Hungria e na Tchecoslováquia. De qualquer modo, a simples perspectiva de um retorno a uma aplicação mesmo moderada de alguns princípios de mercado no funcionamento do aparelho econômico socialista permitiu que fossem legitimados o incremento do intercâmbio comercial e a expansão das relações políticas com a área capitalista: sob a cobertura de arranjos especiais, entraram no GATT a Polônia (1967), a Romênia (1971) e a Hungria (1973), enquanto a Tchecoslováquia

[7] Cf. Paulo Roberto de Almeida, Uma previsão marxista...", *Espaço Acadêmico* (ano VI, nº 65, outubro 2006, ISSN: 1519-6186; link: http://www.espacoacademico.com.br/065/65almeida.htm).

mantinha seu status de *founding father* (1947) dessa organização. Durante todo o período da 'coexistência pacífica', encerrada a fase mais dura da Guerra Fria (até o início dos anos 1960, aproximadamente), foi o capitalismo ocidental quem financiou o socialismo, tanto diretamente – através de acordos comerciais e contratos de empréstimo – quanto indiretamente, pela espionagem industrial, através da qual o socialismo minimizava sua enorme desvantagem produtiva.

O desenvolvimento das relações econômicas Leste-Oeste permitiu ganhos substanciais às economias do socialismo real, em termos de transferência de tecnologia (adicionalmente àquela que não passava pelos circuitos oficiais), de acesso a mercados (ainda que vigorassem regras de salvaguarda pela não-reciprocidade) e de fluxos financeiros (provocando, ulteriormente, algumas das maiores dívidas per capita do mundo). A *rationale* conceitual a sustentar a nova 'coexistência' econômica entre parceiros desenvolvidos do Primeiro e do Segundo Mundos se situava um pouco no universo galbraithiano da 'convergência' entre sociedades industriais capitalistas e socialistas. As primeiras teriam se tornado menos 'selvagens', sob o impacto de políticas keynesianas de intervenção estatal; as segundas teriam perdido muito de sua pureza doutrinária ao reconhecerem que a queda do capitalismo não estava na ordem do dia. O utópico discurso kruschevista sobre o 'enterro' do capitalismo e a vitória 'próxima' do socialismo foi discretamente remetido para debaixo do tapete pelo realismo cínico e pelo totalitarismo burocrático do brejnevismo triunfante.

A partir dessa época, as sociedades socialistas, que se beneficiaram tanto quanto inúmeros países em desenvolvimento de vários surtos de crescimento econômico e de expansão comercial nas décadas de retomada do crescimento da economia mundial, nada mais fizeram senão afundar-se numa lenta esclerose econômica. Já na segunda metade dos anos 1970, o Japão ultrapassava a produção bruta da União Soviética, para não falar do progressivo gigantismo da então Comunidade Econômica Européia em face do definhamento igualmente progressivo de seus vizinhos do Comecon. A estagnação era tanto mais visível que, em termos qualitativos, o socialismo não estava habilitado a obter, no campo das novas tecnologias, resultados similares ou equivalentes aos alcançados durante a fase de industrialização pesada.[8] Cada vez mais a crise de legitimidade política do socialismo autoritário se viu acrescida de uma crise estrutural de sua forma de organização econômica.

A sucessão marxista dos modos de produção foi, assim, progressivamente comprometida pelo pobre desempenho, em todos os sentidos, do modo que deveria encarnar a etapa superior de organização da sociedade. Essa constatação foi feita na prática pelos próprios dirigentes do socialismo real, embora não se tenha traduzido em reformas profundas – a despeito de diversos experimentos de introdução de mecanismos de mercado num socialismo que se apresentava cada vez mais como disfuncional – por uma razão muito simples: a contestação das bases fundamentais do socialismo real minaria *ipso facto* a legitimidade política do grupo que mantinha o controle do poder, daí a perpetuação de regimes esclerosados, até a implosão final. [9]

---

[8] Efetuei uma análise das tentativas de reforma no socialismo real neste ensaio: "Neo-détente & Perestroika: Agendas para o Futuro", *Política e Estratégia* (vol. 6, n. 1, jan-mar 1988, p. 67-74).

[9] A fase agônica do socialismo declinante e sua implosão final foram por mim examinadas nesta sequência de três artigos: "Retorno ao Futuro: A Ordem Internacional no Horizonte 2000", *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 31, n. 123-124, 1988/2, p. 63-75); "Retorno ao Futuro, Parte II", *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 33, n. 131-132, 1990/2, pp. 57-60); "Retorno ao Futuro, Parte III:

Acadêmicos honestos poderiam, porém, tirar suas próprias conclusões quanto à completa inviabilidade do sistema defendido teoricamente pelos marxistas e na prática pelos comunistas. Alguns deles, no mundo socialista, por sua própria conta e risco, declararam que o rei estava nu – como Leszek Kolakowski, na Polônia, por exemplo – sofrendo em consequência retaliações materiais e isolamento social enquanto dissidentes de um regime totalitário. Poucos, entretanto, tomaram esse caminho nos países capitalistas, posto que a liberdade de expressão e a autonomia acadêmica asseguravam total isenção opinativa e ausência completa de sanções em regimes geralmente abertos. Pode-se dizer que todos os regimes possuem dissidentes, mas apenas o socialismo exibe renegados.

A experiência histórica ensina que cada vez que os fatos não se encaixam na teoria, deve-se reformular esta última. É o que modestamente fizeram os revisionistas da linha Deng Xiao-ping do Partido Comunista da China, e com maior ênfase ainda os burocratas e carreiristas empenhados em aplicar o programa de reformas econômicas chinês comandado por ele em seu início. Os burocratas chineses abandonaram completamente qualquer pretensão de enterrar o capitalismo e se contentaram em aprender com ele. Esse fato foi reconhecido precocemente pelo representante oficial da China Popular em Hong Kong, Xu Jia-tun, no quadro das negociações pelo seu retorno e dez anos antes que a colônia britânica voltasse ao seio da madre pátria; ele o fez da seguinte forma: "Alguns camaradas temem o capitalismo, porque na verdade sabem muito pouco sobre ele. Esses camaradas não se dão conta de que o capitalismo mudou muito desde Karl Marx. Na verdade, o sistema capitalista moderno é a maior invenção da civilização humana" (*Le Monde*, 24.03.1988).

A estada do representante de Pequim na colônia inglesa de Hong Kong, que retornou finalmente à China comunista em 1997, parece tê-lo convertido em um perito do capitalismo, a tal ponto que Xu Jia-tun acreditava que seus camaradas de Partido deviam aceitar as críticas formuladas contra o socialismo e se inspirar no capitalismo para transformar os métodos de gestão econômica empregados em seu país. O representante chinês tinha certamente razão quando disse que esse temor do capitalismo causou grandes perdas econômicas para a China. Sua segunda frase é igualmente plena de sabedoria confuciana e até mesmo um marxista radical como Mao Tsé-tung poderia ter concordado com ela: como Stalin, Mao sabia que o capitalismo tinha mudado muito desde dos tempos de Karl Marx, e era inerentemente superior em matéria de produtividade. Mas isso não os impediu de implantar o socialismo a ferro e a fogo (com alguns milhões de mortos pelo caminho). O burocrata do Partido Comunista chinês, deslocado para a colônia capitalista de Hong Kong, enganava-se redondamente no que se refere à terceira assertiva, pois que, se há um sistema econômico inventado pelo homem, este é, indubitavelmente, o socialismo.

3. A China e a maior 'invenção' da humanidade: capitalismo ou socialismo?

O capitalismo, com efeito, não parece ter surgido de um projeto de sociedade conscientemente definido, assim como seus princípios organizativos não emergiram prontos e acabados de algum cérebro humano, por mais genial que este possa ter sido. O socialismo, ao contrário, deriva dessa imensa vontade do homem de transformar, *hic et nunc*, a sociedade real, modelando-a segundo seus valores morais e sua filosofia política,

---

Agonia e Queda do Socialismo Real", *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 35, n. 137-138, 1992/1, p. 51-71).

realizando no presente aquilo que Reinhart Koselleck chamou de "projeção utópica do futuro".[10]

A confusão é, no entanto, inevitável quando se lida com dois paradigmas conceituais que, em virtude de um intenso e nem sempre qualificado uso político, perderam muito de sua capacidade explicativa. Milton Friedman também achava que o capitalismo é uma das maiores conquistas da civilização, apesar de considerá-lo uma instituição tão 'natural' quanto, digamos, a cobiça humana.[11] A dificuldade é tanto maior quanto a chamada 'civilização humana', a que se referiu o representante chinês, não costuma pautar-se em função de conceitos teóricos elaborados por 'inventores geniais', mas segundo princípios bem mais prosaicos ligados ao terreno da contingência histórica, onde o acaso e a necessidade, dois fatores sempre presentes no mundo natural, combinam-se para produzir resultados sempre inéditos do ponto de vista do desenvolvimento social.

Não se deduza daí que a ação humana esteja ausente dos palcos históricos. Apenas acontece que, como diria Marx no *18 Brumário*, ela só se desenvolve em circunstâncias bem determinadas e, quando o faz, apresenta-se cingida por forças sociais bem mais poderosas, presentes no substrato material da sociedade. Fernand Braudel dedicou parte substantiva de sua análise sobre a formação do capitalismo europeu a desmentir a tese, de suposta paternidade weberiana, segundo a qual determinadas seitas protestantes teriam, de alguma forma, 'inventado' o capitalismo. Nada mais falacioso em termos históricos, disse o grande historiador francês, com o que concordaria integralmente o eminente sociólogo alemão, igualmente alertado para a ação decisiva das complexas forças materiais que moldaram a civilização capitalista na Europa moderna. Uma das maiores preocupações intelectuais de Weber era, contudo, a de explicar precisamente porque a forma moderna do capitalismo tinha surgido numa sociedade de passado tão recente como a européia, ausentando-se do cenário histórico de civilizações tão antigas como as da Índia ou da China.

O burocrata que representava Pequim junto ao Governo de Sua Majestade em Hong Kong, em 1988, provavelmente não tinha lido Max Weber e não poderia assim apreciar devidamente a valiosa capacidade heurística do conceito weberiano de 'racionalidade'. Esse conceito é, no entanto, a chave explicativa do extraordinário desenvolvimento da sociedade ocidental, comparativamente ao das civilizações clássicas da Índia, da China ou do Oriente muçulmano. Assim como não se pode esperar que uma sociedade 'invente' espontaneamente um determinado modo de produção, por mais funcional que este seja para suas necessidades de desenvolvimento, a aplicação do princípio de racionalidade não deriva logicamente de um projeto humano de transformação da sociedade se ele não está entranhado no próprio 'código genético' dessa sociedade. Em outros termos, a racionalidade deve estar integrada à própria estrutura social, sem a qual ela deixa de ser operacional para o conjunto da sociedade, produzindo efeitos apenas nos escassos setores vinculados ao padrão modernizador externo.

Este parece ser um dos muitos desafios enfrentados por diversos países em desenvolvimento que não dispõem de capacidade para 'digerir' e reproduzir os padrões técnicos envolvidos em qualquer projeto modernizador: a absorção da tecnologia estrangeira, ou seja da racionalidade ocidental, não parece disseminar-se facilmente para

---

[10] Cf. Reinhart Koselleck, *Kritik und Krise: Eine Studie zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*, na edição italiana: *Critica Illuminista e Crisi della Società Borghese* (Bologna: Il Mulino, 1972).
[11] Cf. Milton Friedman, *Capitalism and Freedom* (Chicago: University of Chicago Press, 1962).

o resto da sociedade, permanecendo como uma espécie de 'ilha de prosperidade' num 'oceano de subdesenvolvimento'. Tal não foi o caso de vários 'tigres asiáticos' – como, por exemplo, Coréia do Sul, Formosa, Hong Kong e Cingapura – que perseguiram um custoso, mas consciente, esforço de adaptação aos novos requisitos do desenvolvimento econômico, investindo recursos humanos e materiais na pesquisa e desenvolvimento das chamadas novas tecnologias. O Brasil poderia ter realizado o mesmo itinerário bem sucedido na competição industrial, mas seu empenho foi prejudicado essencialmente pela insuficiente preparação técnica de seus trabalhadores – reflexo da má qualidade da educação no país – e pelo caráter errático de suas políticas macroeconômicas e setoriais, como o descontrole inflacionário.

Que este esforço possa ser mais ou menos obstaculizado pela ação corrosiva de certos fatores conjunturais aqui e ali – dívida externa, instabilidade política, ameaças externas, etc. – não significa que estes países, entre tantos outros, não estejam capacitados para enfrentar o grande desafio do desenvolvimento. Fatores de natureza estrutural também podem dificultar a marcha do progresso econômico e social em determinadas regiões, como é o caso do baixo nível educacional das grandes massas brasileiras, das divisões étnicas e religiosas na Índia e do grande crescimento demográfico em ambos os países. Mas isto não impediu que a maior parte desses países já tivesse incorporado em seus projetos nacionais a essência da 'racionalidade ocidental': a capacidade de inovar, de encontrar respostas originais aos desafios do cotidiano, e a possibilidade de que esforços individuais sejam autonomamente mobilizados para a consecução da maior parte das tarefas ligadas à organização produtiva da sociedade.

Aí talvez se situasse a origem do entusiasmo do representante de Pequim em Hong Kong com o desempenho da colônia, que deveria retornar à pátria de origem num momento em que esta recém começava a se aproximar do modo de produção supostamente antecessor ao que já vigorava no grande país asiático: as extraordinárias capacidades adaptativas do capitalismo, ao longo de toda a sua história, encontram-se de alguma forma concentradas no microcosmo étnico e social de Hong Kong, uma grande vitrina consumidora às portas do grande socialismo pobre que era a China naquela época. Quando, em 1997, foi feita a incorporação de Hong Kong ao domínio político da China continental, esta já tinha feito uma notável evolução histórica para esse promontório 'capitalista' que era e sempre foi Hong Kong. Desde então, por variadas formas (nem todas muito ortodoxas), a China incorporou-se rapidamente ao grande sistema internacional capitalista a que já pertencia a ex-colônia de Sua Majestade, tanto e tão bem que ela foi admitida no GATT – depois de 14 anos de negociações – e aderiu à OMC em 2001, mesmo não tendo ainda obtido o seu certificado legitimador de 'economia de mercado', algo logrado na mesma época pela Rússia, que, com tudo isso, e a participação no G8, ainda não conseguiu ingressar na OMC, nem na OCDE.[12]

4. A Rússia e a maior 'catástrofe' do século 20: 1991 ou 1917?

A China, mesmo persistindo em classificar a si mesma como um 'socialismo de mercado', realizou uma transição ao capitalismo mais acabada e completa, com todos os elementos positivos e negativos que se seguem – concentração de renda, desigualdades, etc. – do que a Rússia, supostamente considerada uma economia de mercado, mas bem mais distante dos componentes essenciais do sistema do que o gigante asiático. A

[12] Cf. Paulo Roberto de Almeida, "Camaradas, agora é oficial: acabou o socialismo", *Espaço Acadêmico* (ano 2, n. 14, julho de 2002; link: http://www.espacoacademico.com.br/014/14pra.htm).

diferença nos processos de transformação se situa, provavelmente, na atitude dos dirigentes, aparentemente comprometidos com o velho capitalismo de guerra, no caso da China, mas extremamente relutantes em abraçar o sistema de exploração do homem pelo homem, no caso da Rússia; o exato contrário, segundo uma velha piada, do sistema alternativo que alegadamente vigorava na finada União Soviética.

Não é preciso remontar à caótica transição do socialismo ao capitalismo operada na Rússia dos anos 1990 para confirmar a raríssima, provavelmente inexistente, familiaridade dos dirigentes russos com o sistema capitalista, o que é de certo compreensível: setenta anos de socialismo – o que representa três gerações completas – apagam da memória dos homens quaisquer comportamentos típicos do nefando sistema analisado por Marx e enterrado (pelo menos temporariamente) por Lênin. Seja em virtude da obsessão leninista em relação ao 'espírito do capitalismo', seja por obra da esquizofrenia stalinista contra os 'inimigos de classe' e os 'agentes internos do adversário imperialista', a operação de eliminação dos vestígios do capitalismo na Rússia chegou ao nível da lobotomia coletiva. Quando ocorreu sua conturbada saída do socialismo, a Rússia acabou derivando para um tipo de capitalismo mafioso cujas origens sociais estão na própria *nomenklatura* senil que comandou o socialismo declinante em sua fase decadente. Ainda hoje, o sistema exibe traços nunca vistos nos demais países que transitaram do socialismo ao capitalismo no decorrer dos anos 1990, provavelmente devido à pesada herança do socialismo soviético, 'adotado' por menor período de tempo no caso dos países satélites do ex-império soviético.

Curiosamente, enquanto na maior parte dos ex-países socialistas, povo e ex-dirigentes expressam o desejo sincero de livrar-se dos fantasmas da era soviética, na Rússia parece haver uma nostalgia do passado comunista, a ponto de seus líderes lamentarem a perda do glorioso império construído por Stalin e seus seguidores menos brutais. Este é, pelo menos, o sentido transmitido pelo principal ator político russo na fase pós-Ieltsin: falando em 2005 a outros dirigentes da Rússia, por ocasião das comemorações relativas ao 60º aniversário da vitória aliada sobre as forças nazistas, na Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945, o então presidente russo, Vladimir Putin, chegou a descrever o colapso da União Soviética como representando a "maior catástrofe geopolítica do século 20". Sem muita modéstia, ele não limitou a amplitude do desastre à história da Rússia e da União Soviética, apenas, mas estendeu-o a toda era contemporânea, até dar-lhe dimensões verdadeiramente mundiais.

Pode-se concordar com o ex-presidente, agora primeiro-ministro russo, um típico representante da antiga *nomenklatura* que, na finada União Soviética, trabalhava para a KGB, o órgão de Estado que cuidava da segurança e da inteligência, com poderes muito mais vastos – policiais, militares, repressivos, investigativos e de inteligência – do que jamais tiveram a CIA, o M6, o SDECE e outros serviços de informação e militares do Ocidente, agregados. Foi efetivamente uma grande catástrofe geopolítica, mas não com esse sentido de nostalgia, de desalento ou de desespero que emerge da afirmação do dirigente russo.

A implosão do socialismo e a dissolução ulterior do império soviético podem ter constituído, de fato, um enorme desastre para a *nomenklatura* do maior poder totalitário que já existiu na História; mas representou, na verdade, um fato extremamente auspicioso para todos os hóspedes involuntários do Gulag, para os povos submetidos ao arbítrio irracional de um dos sistemas mais defraudadores das liberdades cívicas e individuais, assim como para todos os intelectuais dignos desse nome. 1991 foi catastrófico para a

'nova classe' que explorava os trabalhadores do socialismo real, mas foi um alívio para esses mesmos trabalhadores que, segundo uma outra piada corriqueira do sistema, fingiam trabalhar, ao passo que os primeiros fingiam que os remuneravam, segundo a teoria do 'valor-trabalho'.

Em termos históricos, 1991 representou, de fato, uma enorme mudança nas relações internacionais, posto que o ano encerra uma das fases mais cruciais da era contemporânea, a do equilíbrio pelo terror nuclear entre as superpotências da Guerra Fria.[13] Mas julgando-o por seus resultados efetivos, em termos de redistribuição de poder e de integração dos mercados capitalistas, pode-se concluir que se tratou de uma volta às origens, com a retomada da globalização capitalista do início do século 20, e dos fluxos associados de bens, serviços e capitais, com a possível diferença de uma preeminência econômica e militar dos EUA bem superior àquela anteriormente exercida pela Grã-Bretanha. Embora seja possível traçar paralelos quanto à extensão, os tipos de dominação militar e econômica, bem como sobre a duração dos impérios britânico, de um lado, e americano, de outro, a natureza do sistema de relações internacionais em cada época respectiva – do início do século 19 até o início da Segunda Guerra Mundial, para o sistema imperial britânico, e desde 1945 até um futuro indefinido, para o sistema imperial americano – torna difícil uma comparação direta entre os dois sistemas de dominação, cada um com peculiaridades únicas e irreprodutíveis.[14]

Muitos historiadores e economistas aludem ao fato de que o que ocorreu, na verdade, foi apenas um mero fechamento de parênteses, depois de setenta anos de socialismo e de oposição ideológica (e militar) entre o socialismo e o capitalismo. O socialismo teria sido, assim, apenas um acidente histórico, um simples soluço, em escala geológica, na longa trajetória política e econômica da humanidade, um pesadelo noturno no decorrer de um itinerário bem mais ensolarado de bem-estar crescente, de maior disponibilidade de bens e serviços globais e de interdependência real entre povos e países. O ano de 1991 representa, portanto, apenas uma volta ao ponto de partida, retomando com novo ímpeto processos, fluxos, contatos e tendências que tinham ficado asfixiados durante três gerações por força de um sistema inventado por um ideólogo e implantado por outro na ponta de fuzis.

Em termos de tendências fortes do sistema internacional, 1917 representou uma mudança bem mais relevante do que 1991, já que a primeira data rompeu com um quadro político e um sistema econômico que vinham se desenvolvendo em planos similares e com características crescentes de interdependência: democracias formais de mercado, adeptas do padrão ouro e da projeção imperial, para o aprovisionamento em matérias primas e o acesso a mercados. A Rússia de 1913 era uma das principais fornecedoras mundiais de grãos, ao mesmo tempo em que acolhia investimentos diretos e empréstimos financeiros que impulsionavam sua industrialização e a melhoria de sua infra-estrutura. 1917, sem

---

[13] Tratei de maneira sintética dessas mudanças no sistema internacional neste ensaio, "As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização". In: José Flávio Sombra Saraiva, *Relações internacionais: dois séculos de história,* vol. II: *Entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)* (Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001, vol. II, pp. 91-174), e, de maneira mais extensa, neste livro: *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002).

[14] O historiador britânico Niall Ferguson traçou alguns desses paralelos em duas obras especificamente dedicadas a cada um deles: *Empire: How Britain Made the Modern World* (London: Allen Lane, 2003); *Colossus: The Price of America's Empire* (New York: Penguin Press, 2004).

considerar a guerra, rompeu todos esses vínculos e reduziu a Rússia a um experimento único na história: a invenção de um sistema que nunca teve precedentes na economia mundial, mesmo se o totalitarismo político não representava propriamente uma novidade no itinerário da Rússia.

O que se seguiu a 1991 – e um pouco antes, no caso da China – foi uma reinserção na divisão internacional do trabalho de países que tinham se afastado da economia mundial em 1917, para a Rússia, e no pós-Segunda Guerra, para os demais países. Tratou-se, para todos os efeitos, de uma ruptura bem mais relevante, e 'catastrófica' em suas consequências políticas, econômicas e sociais, do que, no caso dos países capitalistas, a Primeira Guerra ou a crise de 1929 e a depressão dos anos 1930, seguida pela Segunda Guerra Mundial.[15] Estes países, encerrados os conflitos ou os períodos de crise, retomaram seus negócios e os intercâmbios, ao passo que os países socialistas – a maior parte não por vontade própria, mas por 'decisão' do Exército Vermelho – encerraram-se numa economia de baixa produtividade e de irracionalidades crescentes, até a esclerose final. Assim, 1991 não representou um grande acréscimo à interdependência capitalista, em termos de produção, intercâmbio, finanças ou know-how, mas o impacto no que se refere à mão-de-obra ou aos mercados foi relevante, sobretudo no caso da China, que aumentava progressivamente seu papel de plataforma produtiva no grande jogo da interdependência capitalista.

5. A transição inexistente: enterrando um mito conceitual

Ao término deste périplo analítico, pode-se perguntar se existe alguma consistência factual ou empírica, ou até qualquer legitimidade conceitual para a metodologia histórica marxista, consistindo em alinhar uma sucessão de modos de produção ao longo da história, culminando com a transição do capitalismo ao socialismo, e deste ao comunismo. O próprio conceito de modo de produção deve ser questionado, na medida em que sua utilização nas mesmas bases metodológicas empregadas originalmente por Marx pode representar uma camisa de força teórica que dificulta a análise de tipos específicos, híbridos ou de transição, presentes concretamente numa formação social determinada.

Não é preciso remontar aqui ao debate estéril que travaram os primeiros 'marxistas' brasileiros, na primeira metade do século 20, para saber se o 'modo de produção' que vigorava no Brasil colonial era 'feudal' – como sustentavam os ortodoxos, ou seja, os adeptos da ciência do materialismo dialético em sua versão dogmática – ou se ele já era diretamente 'capitalista', como pretendiam outros, entre eles Caio Prado Jr. Jacob Gorender, um dos marxistas que evoluiu do stalinismo para uma posição mais independente, tentou superar a controvérsia concebendo um 'modo de produção' específico do Brasil colônia, que seria o "escravismo colonial", um novo tipo de formação social, mas ainda assim situado dentro da categoria dos modos de produção, não infringindo, portanto, o cânone.[16] Para os comunistas ortodoxos, o Brasil até então

[15] Cf. Paulo Roberto de Almeida, "Dinâmicas da economia no século XX". In: Francisco Carlos Teixeira da Silva (org.). *O Século Sombrio: uma história geral do século XX* (Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004), p. 47-70.

[16] Cf. Jacob Gorender, *O escravismo colonial* (São Paulo: Ática, 1978). Para uma análise de seus principais argumentos dentro do mesmo campo analítico, isto é, de uma contribuição ao estudo de uma formação social definida como pré-capitalista, ver Mario Maestri , "O Escravismo Colonial: a revolução Copernicana de Jacob Gorender", *Espaço Acadêmico* (ano 3, parte 1: n. 35, abril 2004; link:

era definido como um "país semicolonial e semifeudal", posição duramente combatida por Caio Prado Jr., que dizia que os comunistas, no Brasil, tinham de aprofundar a sua revolução capitalista, antes de se lançarem na construção do socialismo.[17]

O aspecto bizarro de todo esse debate bizantino no seio da academia era que ele se deixava agrilhoar pela camisa de força do aparato conceitual classicamente marxista, e influenciava, além disso, as plataformas políticas e as estratégias eleitorais dos comunistas, que não sabiam, exatamente, se deviam, ou não, fazer uma 'aliança de classes' com a burguesia – descurando por completo de perguntar, a essa mesma burguesia, se ela desejava ter como aliado político esse personagem um pouco esquizofrênico que era o PCB. Seria risível se não fosse patético, para os acadêmicos, obviamente. A controvérsia foi superada, na prática, pela esclerose teórica do chamado Partidão, por sua marginalização crescente no cenário político brasileiro por 'seleção natural' dos partidos mais aptos a acompanhar a evolução social e política brasileira a partir dos anos 1970 e 80, e pelo seu desaparecimento virtual após a implosão do socialismo real. Restaram apenas os acadêmicos marxistas, que continuam a se digladiar em torno das 'tarefas atuais da classe operária', mas cujo fervor em classificar e datar os modos de produção sucessivos presentes na formação social brasileira parece ter amainado um pouco; a produção teórica da tribo é, de qualquer forma, medíocre.

Isso não diminui, está claro, as virtudes do conceito de modo de produção para fins de algum trabalho analítico específico, mas seu uso acadêmico deveria ficar restrito a um tipo de formalização histórica que emprega 'tipos-ideais' de organização social da produção para fins de comparações macro-históricas. Pretender fazer, a partir daí, uma linha sucessória dos modos de produção possíveis e factíveis de serem 'mobilizados' no processo histórico real representaria, a todos os títulos, um sério reducionismo analítico e conceitual. Mas este não é o problema principal, posto que acadêmicos sempre podem jogar com os conceitos, em total liberdade intelectual e plena irresponsabilidade analítica, uma vez que nunca serão cobrados pela adequação de seus argumentos ao simples mundo exterior. Seu mundo é o universo dos conceitos, sem que estes tenham necessariamente a obrigação de expressar alguma realidade tangível, e sua pesquisa se conforma ao estado da arte *ex-ante*, de preferência aquele já consagrado em obras clássicas que necessitam simplesmente de alguma citação reverencial.

Mais complicado, porém, consiste em acreditar que a partir de 1917 ocorreu a construção de um 'modo socialista de produção' como resultado de uma luta prometéica, opondo a antiga classe de exploradores – aristocratas e burgueses, no caso da Rússia – ao proletariado organizado em seu partido de vanguarda. Não importa se os mesmos marxistas acadêmicos reconhecem que essa 'construção do socialismo' foi prematura, e que a Rússia não era exatamente um país capitalista, como a Alemanha, preparado para a passagem anunciada nos textos de Marx e Lênin. Esses mesmos acadêmicos dificilmente aceitariam a hipótese de que a 'revolução bolchevique' representou, apenas e tão somente, um *putsch* bem sucedido, empreendido por um punhado de aventureiros que soube deslanchar uma ação decisiva no lugar certo, no momento certo. Todo o resto foi um desenrolar de episódios circunstanciais que jamais responderam ao chamado 'sentido da História', mas simplesmente à brutalidade da ação repressiva e militar do mesmo

---

http://www.espacoacademico.com.br/035/35maestri.htm; parte 2: n. 36, maio 2004; link: http://www.espacoacademico.com.br/036/36maestri.htm).

[17] Cf. Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira* (São Paulo: Brasiliense, 1966).

partido, empenhado em se apossar do poder nas circunstâncias extremamente confusas que eram as da Rússia em 1917-18.

Nesse sentido, nunca houve, nem nunca teria havido, a qualquer título – teórico ou prático – transição do capitalismo ao socialismo, na Rússia ou em qualquer outro formação social passível de ser identificada a um 'modo' qualquer de produção que foi (indevidamente) classificado como socialista. Tratou-se, se tanto, de uma construção artificial, um gigantesco 'escravismo moderno' que aprisionou as 'forças produtivas' e as 'relações de produção' nesses lugares, pelo tempo que durou a experiência totalitária. A rigor, teria sido impossível, mesmo nos termos estritos do marxismo original, ter ocorrido, hipoteticamente, uma transição desse tipo, posto que os pressupostos marxianos sobre o funcionamento dos 'modos de produção' e sua 'sucessão' linear nunca receberam a crítica rigorosa que esse ideólogo aplicou, de modo altamente duvidoso, ao seu objeto preferencial de análise: o capitalismo.

Tanto a obra reflexiva de Marx, quanto a ação prática dos bolcheviques foram essencialmente voluntaristas e insuscetíveis de serem testadas na prática. De fato, elas nunca o foram, pelo menos de modo 'científico' ou consensual, senão a partir de altas doses de violência concentrada, como ocorreu ao longo de toda a experiência soviética, no decorrer de três gerações inteiras de construção falimentar de um edifício irrealista, a partir de suas próprias fundações. Seus 'engenheiros' autoproclamados nunca receberam uma 'carta-patente' – ou autorização certificada – seja da parte de 'calculistas' acadêmicos, seja da população objeto de seus experimentos, posto que esta foi desprovida, ao longo de toda a experiência, da livre expressão democrática, em pleitos concorrenciais, como sempre ocorreu no parlamentarismo capitalista. O empreendimento como um todo era singularmente frágil, tanto em sua modelagem teórica quanto em sua implementação efetiva, existindo sérias dúvidas, ainda quando Marx era vivo, se suas propostas de organização social da produção, sem extração de 'mais valia', poderiam ser sustentadas na prática. As críticas formuladas ao edifício teórico do marxismo por economistas contemporâneos como Mills ou, pouco depois, por Vilfredo Pareto, nunca foram respondidas ou sequer consideradas por Marx ou seus discípulos. Estes, numa demonstração de autosuficiência intelectual pouco compatível com as regras de qualquer trabalho acadêmico digno desse nome, simplesmente se fecharam em sua carapaça conceitual e analítica, recusando um debate sério com a 'economia política burguesa', num trabalho autocircular que até hoje se mantém em sua essência.

Quando às aventuras econômicas de Lênin, elas foram precocemente desacreditas, no plano puramente técnico, por um seu contemporâneo: Ludwig Von Mises. O então jovem economista austríaco já tinha alertado, em 1919, quanto à impossibilidade prática do 'modo de produção socialista', tal como concebido por Lênin e seus conselheiros econômicos. A razão estava, simplesmente, na ausência completa dos sinalizadores essenciais a qualquer atividade econômica racional: os preços dos insumos produzidos e dos bens ofertados, que são normalmente formados num mercado submetido às leis da oferta e da procura. Preços administrados por burocratas jamais conseguiriam traduzir o princípio básico da economia, que é a lei da escassez. Von Mises antecipou, desde essa época, que o empreendimento nunca poderia funcionar em bases sustentáveis, mas ele foi solenemente ignorado por aqueles mesmos aos quais era dirigido seu panfleto, durante

toda a vigência da terrível experiência de involução econômica.[18] Talvez fosse útil, atualmente, a releitura dos seus argumentos, para ver o quanto erraram, desde o princípio, os construtores da nova ordem econômica.

Tudo isso não significa, obviamente, que o capitalismo seja 'eterno', 'invencível', ou insubstituível. Mas esse tipo de questão não deveria sequer ser colocado nesses termos, de sucessão obrigatória de um 'modo de produção' por outro, questão quase filosófica que apenas ideólogos sonhadores teimam em oferecer nos supermercados da História. Como sabem todos os intelectuais sérios, os processos históricos são sempre únicos e originais, não sendo suscetíveis de prefigurações arbitrárias. A famosa frase, de suposta paternidade marxiana, de que a História se repete, representa nada mais do que isso, uma frase, bem mais para o lado da farsa do que para representações trágicas. Aliás, a história dos capitalismos realmente existentes está, como se sabe, entrecortada de rupturas e de transformações, tão importantes e cruciais quanto as utopias desenhadas por Marx e seus seguidores.

Ao longo de vários séculos de 'formatação' tentativa, o capitalismo – um sistema absolutamente impessoal e aleatório, à maneira do 'relojoeiro cego' darwiniano – assumiu diversas roupagens e modalidades, sempre dobrando-se aos imperativos maiores da economia de mercado (que é o seu mecanismo seletivo 'natural'). O 'pecado' maior dos marxistas puramente teóricos foi o de ter, em primeiro lugar, sobrevalorizado o poder do capitalismo no contexto das economias de mercado; e de ter, em segundo lugar, transformado um mero sistema de organização social da produção em um poderoso superlativo conceitual, praticamente equivalente a toda a economia de mercado, quando ele nada mais é do que uma de suas formas especiais (como já ensinou Braudel). Convertido, assim, em um *deus ex machina* providencial, o conceito marxiano foi submetido a toda uma série de distorções teóricas, inclusive as que foram aqui abordadas, sobre sua sucessão 'inevitável', sem esquecer suas muitas manipulações meramente descritivas, sob o bisturi de discípulos menos instruídos em metodologia histórica.

É de se esperar que os atuais sucessores do marxismo estabelecido sejam mais cuidadosos, senão no terreno da prática, pelo menos no plano da elaboração teórica, evitando, assim, incorrer em novas falácias acadêmicas nesse terreno áspero da hermenêutica histórica.[19] A conferir...

---

[18] Ver o opúsculo analítico de Ludwig von Mises, *O Cálculo Econômico na Comunidade Socialista* (1920), disponível em inglês no site dedicado às obras desse economista: www.vonmises.org. Para maiores elaborações em torno do mesmo tema, ver meu ensaio "Falácias acadêmicas, 8: os mitos da utopia marxista", *Espaço Acadêmico* (ano 9, n. 96, maio 2009; disponível: http://www.espacoacademico.com.br/096/96pra.pdf).

[19] Não se deve confiar muito, porém: um representante distinguido da tribo, Frederic Jameson, pretende, assim, que "um capitalismo pós-moderno exige necessariamente que se lhe contraponha um marxismo pós-moderno", o que, obviamente, não quer dizer rigorosamente nada. Cf. Cesar Altamira, *Os Marxismos no Novo Século* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008); citação extraída do Prólogo de Antonio Negri, que parece concordar com esse inútil jogo de palavras; cf. p. 13.